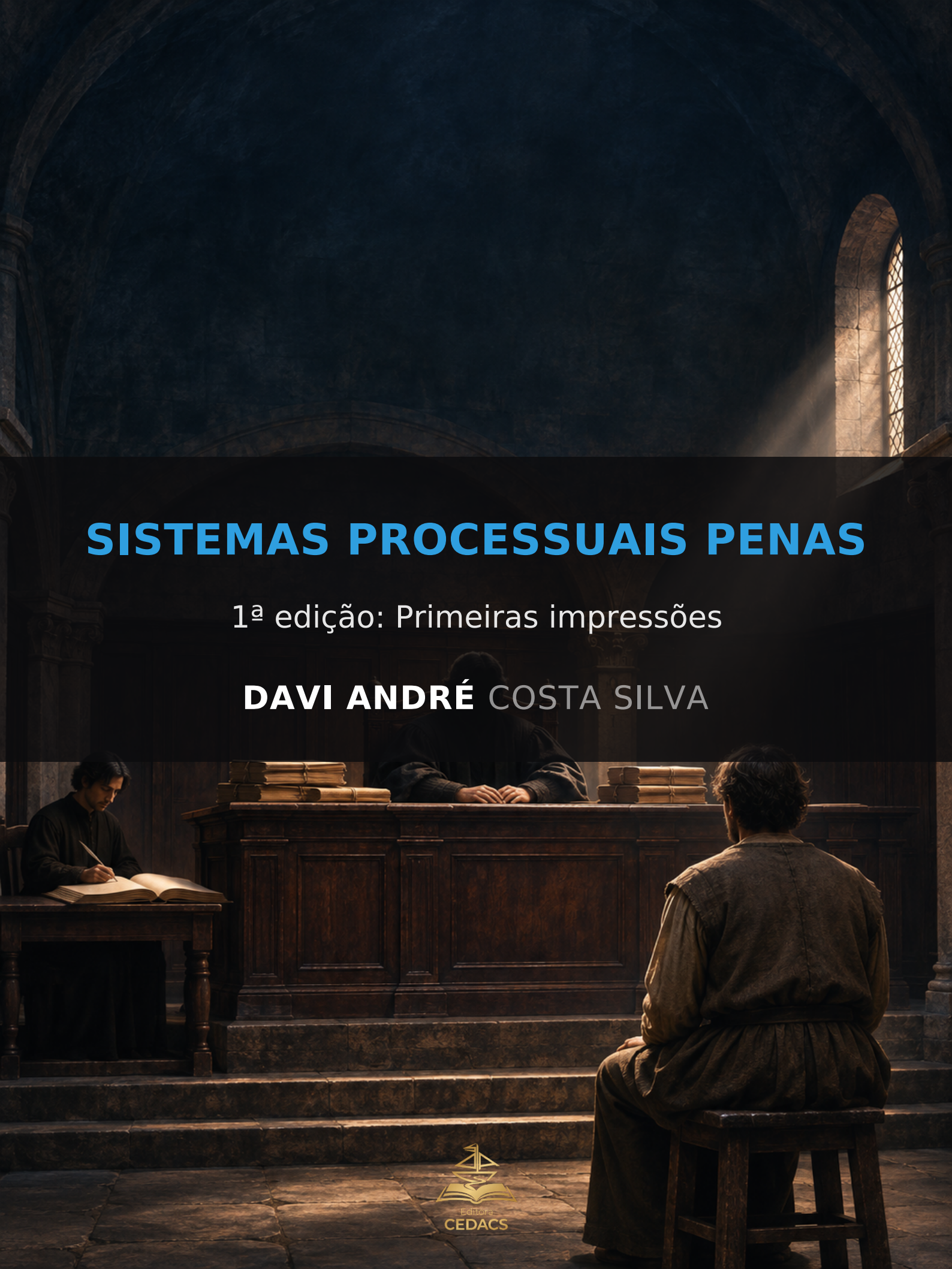


SISTEMAS PROCESSUAIS PENAS

1ª edição: Primeiras impressões

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Editora CEDACS

PRÉVIA

Sistemas processuais penas

1ª edição: Primeiras impressões

SUMÁRIO

Capítulo I - Teoria dos sistemas processuais penais

Seção I - Noção e função

1. Conceito
2. A estrutura processual como garantia
3. O processo como termômetro do regime político
4. Os critérios de política criminal na eleição do sistema

Seção II - Sistemas puros e tipos históricos

1. A inexistência de sistemas puros
2. Sistema, tipo ideal e princípio unificador
3. A necessidade de demarcação
4. As propostas de superação dos sistemas tradicionais

Capítulo II - O sistema inquisitório

Seção I - Formação histórica

1. Do predomínio acusatório à virada do século XIII
2. O Tribunal da Inquisição
3. Difusão e declínio

Seção II - Caracteres

1. Concentração das funções
2. Gestão da prova nas mãos do julgador
3. Iniciativa de ofício
4. O acusado como objeto do processo
5. Escrita, sigilo e ausência de contraditório
6. Tarifa probatória e confissão
7. Prisão processual como regra

Seção III - O juiz inquisidor

1. O protagonista do sistema
2. O erro psicológico
3. Cordero e o quadro mental paranoico
4. A Síndrome de Dom Casmurro
5. A leitura de Ferrajoli
6. O juiz inquisidor no direito brasileiro recente

Seção IV - O juiz-defensor

1. Um dado histórico contraintuitivo
2. As Instruções de Torquemada e de Valdés
3. Reflexo sobre o debate contemporâneo

Capítulo III - O sistema acusatório

Seção I - Formação histórica

1. Antiguidade e direito germânico
2. Declínio e retomada
3. O processo penal inglês

Seção II - Caracteres

1. Separação das funções e o actum trium personarum
2. A exigência de acusação formal
3. O ne procedat iudex ex officio
4. Iniciativa probatória das partes
5. Imparcialidade e equidistância
6. Isonomia processual e paridade de armas
7. Oralidade e publicidade
8. Contraditório e ampla defesa
9. Livre convencimento motivado
10. Presunção de inocência e liberdade como regra
11. Coisa julgada e duplo grau de jurisdição

Seção III - A insuficiência da separação de funções

1. A separação inicial não basta
2. As manifestações de usurpação
3. O juiz como garante das regras do jogo

Seção IV - Acusatório puro e acusatório não ortodoxo

1. O modelo adversarial
2. A crítica de Pacelli ao juiz inerte
3. A lição de Schünemann
4. O acusatório não ortodoxo
5. O acusatório formal e a crítica de Binder

Capítulo IV - O sistema misto

Seção I - Origem e marco legislativo

1. O Code d'instruction criminelle de 1808
2. A difusão pela Europa continental

Seção II - Estrutura

1. As duas fases
2. As etapas da persecução

3. O juiz de instrução

Seção III - Denominações

1. Sistema francês e acusatório formal

2. Inquisitivo garantista

3. Sistema eclético ou híbrido

Seção IV - A recusa doutrinária da categoria

1. Não há princípio misto

2. A crítica ao fundamento da classificação

3. A evolução legislativa da defesa na investigação

4. A ausência de estudo aprofundado

5. A defesa da categoria

Seção V - Quadro comparativo dos três sistemas

Capítulo V - O critério de distinção

Seção I - O critério da separação de funções

1. Formulação tradicional

2. Insuficiência do critério

Seção II - A teoria da gestão da prova

1. Formulação

2. Os dois princípios informadores

3. O prejuízo dos pré-juízos

4. Consequências sobre o direito positivo

Seção III - As objeções à teoria da gestão da prova

1. A leitura de Cordero

2. O caráter público do processo

3. A jurisprudência dos Tribunais Superiores

Seção IV - O sistema processual penal democrático

1. A proposta

2. As objeções

3. Balanço

Seção V - A posição adotada

Capítulo VI - O sistema processual penal brasileiro

Seção I - O Código de Processo Penal de 1941

1. O contexto político: Estado Novo e a Carta de 1937

2. A matriz autoritária

3. As características do texto originário

4. A presunção de culpabilidade

5. As reformas parciais

Seção II - A Constituição de 1988

1. A inversão de perspectiva
2. O processo justo
3. O Ministério Público

Seção III - A atuação de ofício do juiz no Código de Processo Penal

1. O problema
2. O art. 26 e o processo judicialiforme
3. A prisão preventiva e o art. 311
4. A atuação de ofício em favor do investigado
5. A interceptação telefônica de ofício
6. Quadro dos dispositivos
   6.1 Iniciativa judicial suprimida ou superada
   6.2 Iniciativa judicial mantida, com compatibilidade discutida
   6.3 Iniciativa judicial mantida em favor da liberdade

Seção IV - A controvérsia anterior ao Pacote Anticrime

1. O estado da questão
2. A corrente acusatória
3. A corrente mista
4. A corrente inquisitiva
5. A solução proposta por Avena

Seção V - O art. 3º-A do Código de Processo Penal

1. Origem no projeto de novo Código
2. Conteúdo normativo
3. A primeira vedação
4. A segunda vedação

Seção VI - As ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305

1. A suspensão liminar
2. O julgamento de mérito
3. A interpretação conforme
4. O sentido da decisão

Seção VII - Reflexos sobre o direito positivo

1. O ônus da prova
2. Os poderes instrutórios do juiz
3. Diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante (art. 156, II)
4. Produção antecipada de provas urgentes e relevantes (art. 156, I)
5. Outras atuações de iniciativa do juiz (arts. 209, 212 e 385)
6. O arquivamento do inquérito

Seção VIII - Balanço

1. A situação atual
2. O que permanece controvertido

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.